

# BRASIL: O GOLPE DE 2016, O GOVERNO BOLSONARO E AS FORÇAS ARMADAS

André Gomes da Conceição<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo procuro analisar o golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016, à luz de referenciais teóricos que, ainda que se coloquem em campos filosóficos distintos, abordam os temas poder, Estado e governo, tais como Foucault, Arendt, Gramsci e Poulantzas. O esforço teve como propósito demonstrar como um mesmo tema poderia ser abordado por diferentes matizes acadêmicas/ideológicas, sempre procurando respeitar a importância das filiações, identidades e conceitos desenvolvidos ao longo de suas produções literárias. Sob essa metodologia, busquei demonstrar a participação das Forças Armadas no golpe de 2016 bem como sua ascensão política no governo de Jair Bolsonaro.

**Palavras-Chave:** Forças Armadas. Golpe de Estado. Brasil.

## BRASIL: EL GOLPE DE ESTADO, EL GOBIERNO BOLSONARO Y LAS FUERZAS ARMADAS

**Resumen:** En este artículo busco analizar el golpe de Estado que tuvo lugar en Brasil en 2016, a la luz de referencias teóricas que, aunque se encuentren en diferentes campos filosóficos, abarcan los temas de poder, Estado y gobierno, como son los textos de Foucault, Arendt, Gramsci y Poulantzas. El propósito del trabajo es demostrar cómo el mismo tema puede ser abordado por diferentes matices académico-ideológicos, buscando siempre respetar la importancia de las afiliaciones, identidades y conceptos desarrollados a lo largo del tiempo por las producciones literarias de cada uno de los autores. Al adoptar esa metodología, busqué demostrar la participación de las fuerzas armadas en el golpe de 2016, así como su ascenso político en el gobierno de Jair Bolsonaro.

**Palabras Clave:** Fuerzas Armadas. Golpe de Estado. Brasil.

Nesta reflexão, procurei entender parte da realidade política brasileira, em especial a participação das Forças Armadas (FFAA), a partir de

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica, lotado no Colégio Brigadeiro Newton Braga e professor da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, lotado na Escola Municipal Doutor Cocio Barcelos. E-mail: andregomesdaconceicao@gmail.com.

referenciais teóricos que se distinguem sob vários aspectos. Entretanto, todos discutem, cada um à sua maneira e por meio do seu viés ideológico, os conceitos de Estado e de poder.

Neste texto, no qual procuro entender o Brasil atual, aproprio-me da metáfora de François Bédarida, para quem a história do tempo presente é como um *palimpsesto* (BÉDARIDA, 2006, p. 221), reescrito indefinidamente em busca da *verdade histórica*. Importante dizer que, se se deve ter sempre no horizonte tal busca, ao mesmo tempo, ela necessariamente estará acompanhada da consciência a respeito das suas imprecisões e, principalmente, da sua impossibilidade.

Esta reflexão é fruto de uma consciência, que também não significa sinônimo de domínio sobre a realidade, uma vez que a suposta realidade é percebida por meio de uma linguagem, sem a qual não há possibilidade de se ler e de se entender o mundo, suas coisas e seus tempos.

Assim, se a interpretação é fruto de uma consciência, esta nada mais é do que resultado do *meio sensível mais próximo* (MARX; ENGELS, 1977, p. 43) e, por isso, limitada. E é limitada porque consciência e linguagem compõem a mesma unidade, uma vez que a partir delas se estabelecem signos, que são uma construção social. Em sendo dessa maneira, a personalidade, a consciência e a linguagem estão inteiramente unidas, pois a consciência sobre qualquer coisa se dá por meio da linguagem desenvolvida ao longo de uma construção histórica, e não inata do indivíduo.

Nesse sentido, o meu texto deriva do que leio, do que vejo e do que escuto, de modo que toda percepção está impregnada de *conteúdo ideológico (semiótico)*, pois essa se dá, exclusivamente, *no processo de interação social* (BAKHTIN, 1988, p. 34).

É nessa condição que faço esta reflexão sobre história do tempo presente do Brasil.

A história recente do Brasil, marcada por um *golpe contra o Estado democrático de direito* (ARAÚJO; SANTOS, 2020, p. 245), que retirou do poder a primeira mulher presidenta e, em seguida, elegeu um governo de ultradireita, diretamente identificado com o regime militar instalado em 1964, exige uma reflexão sobre os conceitos de poder e de Estado.

Como objetivo, tentarei identificar como autores, de momentos históricos distintos e de alinhamentos ideológicos diferentes, desenvolveram esses conceitos para, me utilizando deles, entender a construção de consensos (para alguns teóricos), ou legitimidade de políticas (para outros teóricos), no Brasil contemporâneo e, assim, compreender o papel das Forças Armadas (FFAA) nesse contexto.

Isto posto, pretendo correlacionar ideias e conceitos com possíveis interpretações e práticas identificadas no cenário político atual, e não estabelecer uma – equivocada – correlação entre autores que apresentam entre si divergências teóricas muitas vezes insuperáveis.

Em outras palavras, alguns autores como Michel Foucault e Hannah Arendt não compõem o mesmo campo teórico ocupado por autores marxistas, tais como Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, por exemplo. Ainda assim, quando citados para se entender o mesmo processo, o serão sob o objetivo de se demonstrarem possibilidades de interpretação à luz de diferentes teóricos.

Nesse sentido, Nicolau Maquiavel escreveu o livro *O Príncipe* no século XVI, uma espécie de manual sobre como se manter ou se conquistar o poder por parte do príncipe, representante da classe dominante da Península Itálica de então. O livro não aponta para qualquer superação ou ruptura com o poder da classe dominante. Pelo contrário, ainda procura demonstrar as práticas comuns de governo a serem desenvolvidas ou evitadas pelo príncipe para conservar seu poder. Importante dizer que a obra de *Maquiavel não é atemporal* (GRAMSCI, 2019, p. 29), ou seja, é de um homem do seu tempo e do seu lugar, assim como a dos demais autores a serem analisados. Ainda assim, considerada em seu contexto histórico, a obra tem um *caráter essencialmente revolucionário* (GRAMSCI, 2019, p. 59), pois dela derivou vasta obra reacionária denominada anti-maquiavelismo.

Destarte, em crítica ao Cardeal de Ruão, Maquiavel afirmou que os franceses não entendiam de Estado, pois deram enorme poder à igreja (MAQUIAVEL, 2007, p. 46), transformando tal concessão em sua suposta ruína. Apesar de abordar a relação Igreja/Estado e um específico contexto histórico/espacial, é possível se verificar argumento análogo em algumas análises sobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Podem derivar dessas análises, perguntas como: quais foram as políticas construídas

pelo PT para as FFAA enquanto governo democrático? É possível responder, por exemplo, que a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada no governo Dilma Rousseff, foi uma dessas políticas. Numa tentativa de avançar nessa análise, a CNV serviu como ação pedagógica de promoção da consciência democrática no interior das FFAA? Os 14 anos de governo do PT foram – ou seriam – suficientes para fortalecer a defesa da democracia no interior das FFAA? Perguntas como essas devem atravessar a leitura deste artigo.

Ainda sob a temática *governo entender sobre Estado*, existem afirmações a respeito de uma suposta leniência dos governos do PT com a grande mídia empresarial, pertencente à classe dominante, um dos agentes do golpe de 2016, ao não se considerar ou não dar maior importância à força da imprensa, a qual disputa o monopólio sobre a *opinião pública*<sup>2</sup>. Assim, outra pergunta é importante: uma reforma nos marcos que regulam a mídia seria suficiente ou fundamental para se impedir o golpe?

Para Foucault, essa questão pertenceria àquilo chamado de *tática geral de governamentalidade* (FOUCAULT, 2015, p. 430). Importante dizer que, no caso desse autor, não se trata apenas de apontar o porquê de se ter havido um golpe em 2016. Seria importante verificar se, além de procurar manter-se no governo, o partido, notoriamente compromissado com causas progressistas, pretendeu e, se pretendeu, conseguiu dominar a *arte de governar*<sup>3</sup> (FOUCAULT, 2015, p. 411), mesmo que em parte. Ainda assim, mesmo que dominasse a *arte de governar*, isso seria o suficiente para se impedir o golpe?

---

<sup>2</sup> “História da “opinião pública”: naturalmente, elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública — jornais, partidos, Parlamento —, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2019, p. 269).

<sup>3</sup> Aqui utilizo *arte de governar* como termo análogo à *economia política* em Foucault por razões didáticas, pois a expressão *economia política*, que acredito mais correta para expressar termos *foucaultianos* no contexto utilizado, para autores marxianos como Gramsci, também citado ao longo do texto, têm significado distinto, o que demandaria bastante espaço para se estabelecerem tais diferenças e, assim, colocaria sob risco o objetivo central da reflexão a qual me proponho a realizar.

As causas identitárias, por exemplo, cada vez mais presentes nos debates nas últimas décadas, no Brasil e em outros territórios, sem dúvida foram apoiadas pelos governos do PT. Essa poderia ser uma pista para se concluir que esse partido disputou, ou pretendeu fortalecer ou desenvolver, valores caros para segmentos de uma *sociedade de classes*, conforme Gramsci, ou caros para a *população*, de acordo com Foucault. Ao mesmo tempo, a reação a tais valores, convertida em ataques ao governo do PT, não só o fez cair, como fortaleceu uma onda conservadora/reacionária, de tal modo que ajudou a eleger Bolsonaro, o qual, por sua vez, faz dessa reação às pautas identitárias – LGBTQI+, feminista, negra, indígena etc. – parte importante de sua sustentação política desde a campanha eleitoral.

Disputou-se poder por meio da *arte de governar*, e da *governamentalidade*, que, segundo Foucault, está presente em várias *modalidades* de governo, sendo a família uma delas. Não por acaso a defesa da primazia da família heterocentrada e patriarcal se transformou em um dos símbolos da reação ao governo do PT e representou um pilar da campanha presidencial vitoriosa de Jair Bolsonaro.

Além da disputa nos meios de comunicação e nas famílias, também a escola, palco de um *governo do professor*, segundo Foucault, se transformou em local de disputa, a exemplo do projeto ultraconservador Escola sem Partido, criado em 2004 e transformado em associação em 2014. Seguindo o mesmo caminho, em 2019 o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, amparado em projetos similares iniciados em algumas redes estaduais de educação nos anos 90.

Desse modo, seria possível dizer que, na disputa instalada no Brasil durante e após os governos do PT, as forças que depuseram o partido e se instalaram no Poder Executivo lograram êxito, entre outras razões, devido à sua correta leitura da *realidade específica do Estado* (FOUCAULT, 2015, p. 420). Em outras palavras, as forças golpistas promoveram sua *arte de governo* nas suas diversas modalidades, tais como família, escola, e, desde 2016, também no governo, a partir de uma análise dessa *realidade estatal*. Assim, a mídia empresarial, também uma modalidade de governo para Foucault, se tornou fundamental como ator que interferiu diretamente nessas esferas, de

modo a garantir *legitimidade* (ARENDT, 2020, p. 69) ao neoconservadorismo bastante influente no Brasil atual.

Em cenários como esse, Hannah Arendt afirma que o poder necessita de legitimidade. Assim, conforme a autora, se de um lado o poder se dá a partir da união e da consequente ação das pessoas, a legitimidade desse poder se *ampara no passado* e se *justifica no futuro*. Dessa forma, essa união de parcelas grandes da população brasileira contrária ao PT e, ao mesmo tempo, favoráveis ao retorno dos militares ao poder, estaria encaixada nesse raciocínio de Arendt, pois os militares representariam esse passado pelo qual se busca construir um futuro idealizado.

Seria possível entender a construção do ódio ao PT, e sua efetividade, não como violência, mas como uma *forma extrema de poder* (ARENDT, 2020, p. 58). E esse poder constituído seria resultado de uma legitimação, tal e qual a população que o legitima seria *instrumento do governo* (FOUCAULT, 2015, p. 425), governo este composto pela mídia empresarial, pelo Poder Judiciário, pela família, pelas FFAA etc.

Por sua vez, agora sob argumentos gramscianos, alimentar o ódio ao PT serviu para promover o golpe de 2016. O apoio à intervenção militar ou a um governo militar seria um elemento contido num tempo mais longo, que iria, por exemplo, do governo liberal progressista de João Goulart, golpeado por forças reacionárias de maneira semelhante, até os dias de hoje. Ele chamaria esse tempo de cursos do movimento *orgânico* e de *conjuntura da estrutura* (GRAMSCI, 2019, p. 40), quando forças políticas e ideológicas distintas demarcam a história por meio de retomadas do poder.

Ao se utilizar mais uma vez Gramsci, seria possível empregar a sua ideia a respeito de *relações de forças políticas* (GRAMSCI, 2019, p. 41). Sob esse raciocínio, foi construída uma *unidade intelectual e moral* que resultou da *hegemonia de um grupo social*, constituindo um *partido* (GRAMSCI, 2019, p. 41), chamado por parte da imprensa dita progressista de *Partido da Lava Jato*, ou, pelos próprios procuradores da Força Tarefa da Lava Jato de *República de Curitiba*. Esse partido teve como elemento a Lava Jato, importante instrumento do golpe, *coordenado com interesses gerais* (GRAMSCI, 2019, p. 42) que abarcam diversos outros grupos, representados por siglas partidárias

de direita, por grupos empresariais, pela grande mídia empresarial, por setores do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, pelo comando das Forças Armadas, por instituições estatais e privadas estrangeiras etc. Esses interesses gerais prevaleceram, se impuseram e se irradiaram na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o grupo politicamente dominante desse *partido* até então, o *Partido da Lava Jato*, após a eleição de Jair Bolsonaro, aparentemente foi substituído nessa liderança pelas FFAA – chamado por alguns de Partido Militar –, sem que acontecesse um rompimento entre esses dois grupos, tampouco para com os *interesses gerais*, os quais têm como objetivo comum superar os *equilíbrios instáveis no âmbito da lei* (GRAMSCI, 2019, p. 42.), pois as classes dominantes decidiram não mais recorrer a uma *dominação sem hegemonia* (COUTINHO, 2006, p. 191).

Nesse contexto, a legislação foi derogada, ou seja, tornada sem efeito, haja vista os muitos pareceres de juristas que não identificaram crime de responsabilidade no governo do PT, de modo que não se justificava o impeachment por razões legais, mas, sim, por razões políticas e ideológicas (AZEDO, 2017). Importante dizer que, de maneira generalizada, a lei estatal é resultado da vontade das classes dominantes. Em outras palavras, é *a lei do mais forte* (MÉSZÁROS, 2015, p. 18). Daí a expressão/denúncia apresentada no início deste texto, que aponta uma ruptura com o Estado democrático de direito por intermédio de livro escrito por um coletivo de juristas brasileiros que avaliaram como parciais e suspeitas as atividades dos membros da Operação Lava Jato. A suspeição dos membros da Lava Jato foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em 2021, fato que não reverteu o golpe em curso, pelo contrário, apenas confirmou que foi um golpe e reforçou a afirmação de grande parcela dos técnicos do direito.

Dito de outro modo, o golpe de 2016 resulta de uma dimensão política pela qual formou-se uma *superestrutura complexa* (GRAMSCI, 2019, p. 41) que reuniu diversos grupos que superaram seus *círculos corporativos* (GRAMSCI, 2019, p. 41). Esses grupos agiram, como sempre, política e ideologicamente, para além das suas supostamente estritas atividades finalísticas, a saber: a polícia apenas investigaria, o judiciário apenas julgaria, a mídia apenas noticiaria, os militares ficariam apenas nos quartéis etc. Na verdade, ficou evidente que a política se faz no interior das instituições e,

sendo assim, tais instituições não são apenas elementos do Estado, mas compõem sua *criação, estrutura e gênese* (KOSIK, 1995, p. 51), tal como o real é entendido e representado. Assim, é possível afirmar que a polícia investiga com parcialidade e da maneira que quer, o judiciário julga como lhe apetece, a mídia noticia o que anseia e os militares agem conforme seus interesses corporativos. Esse querer das instituições está carregado de conteúdo ideológico e, desse modo, é diametralmente oposto à neutralidade.

Em termos foucaultianos, essa *economia política* deriva de uma consciência adquirida, por parte das forças golpistas, a respeito de uma necessária *intervenção característica do governo* (FOUCAULT, 2015, p. 426) no campo da *economia* e da *população*.

Outra necessária digressão permite dizer que, assim, um dos objetivos alcançados pelas forças políticas do golpe foi o enfraquecimento dos partidos de esquerda e, simbolicamente, do Partido dos Trabalhadores.

Retomando as ideias gramscianas, necessário entender o contexto de superação de *círculos corporativos* que as FFAA adotaram, pois passaram a novamente se destacar no cenário político nacional como não se via desde o fim do regime militar em 1985, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro, o qual conduziu milhares de militares para o seu governo.

Importante lembrar que o lançamento oficial da campanha presidencial de Jair Bolsonaro se deu ainda em 2014, numa formatura de oficiais do Exército Brasileiro na Academia Militar das Agulhas Negras, e com a anuência do Alto Comendo, caso contrário nunca poderia ter havido tal discurso em formatura.

Reportagem da época demonstra o fato:

Rio – ‘Líder! Líder!’ Foi assim que o deputado federal Jair Bolsonaro (PP) foi saudado antes da formatura dos aspirantes da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), no dia 29 de novembro. Enquanto os novos oficiais se alinhavam para a solenidade, ele se dirigiu ao grupo e fez, em um minuto e vinte segundos, seu primeiro comício como candidato à Presidência da República em 2018. Ovationado pela turma, disse que “alguns vão morrer pelo caminho”, mas que está disposto, “seja o que Deus quiser”, a jogar o Brasil para a “direita” daqui a

quatro anos. [...] Desde a reeleição da presidenta Dilma Rousseff (PT), minorias mais extremadas têm ido às ruas pedir a volta dos militares ao poder, e o parlamentar também se coloca como líder deste grupo. “As pessoas querem autoridade. As Forças Armadas nunca foram intrusas na política [disse Bolsonaro]” (AREIAS, 2014).

Na mesma reportagem, está dito que o Ministério Público Militar investigaria o ato de campanha político-partidária em uma organização militar, atividade proibida pelas normas do Exército Brasileiro e do serviço público. Ainda hoje não se conhece o resultado dessa investigação, sequer se foi iniciada. Essa foi a primeira vez que Bolsonaro pôde discursar em formaturas da Aman, apesar de estar sempre presente nos eventos da academia.

Complementarmente ao fato descrito anteriormente, o discurso do comandante do Exército Brasileiro (EB), proferido em 17 de setembro de 2021, revela a organização política disciplinada que são as FFAA:

Tendo participado da solenidade do Dia do Soldado, em Brasília, afirmo que o “Braço Forte” da Nação está mais profissional e coeso do que nunca e à altura do legado de nossos antecessores, de nossas tradições e dos valores mais caros à nossa profissão. As cerimônias realizadas nas organizações militares em todo o território nacional demonstraram a capacidade e a disciplina da tropa perfilada, espelhando a liderança exercida por oficiais e praças, desde as pequenas frações até os maiores escalões (RODRIGUES, 2021).

Importante dizer que o discurso do general se deu dias após as manifestações de 7 de setembro, apoiadas por Bolsonaro, que pediam o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Outra passagem do mesmo discurso do comandante do EB revela como o Partido Militar se organiza – ou tem capilaridade, segundo o próprio general – na estrutura estatal sustentada por meio do fundo público:

Acima de tudo, o Exército mantém no mais elevado nível as suas capacidades operativas, que, somadas à capilaridade e à presença em todo território, nos permitem atuar com presteza e eficácia, cooperando para

a tranquilidade da Nação contra qualquer ameaça que porventura possa surgir (RODRIGUES, 2021).

Neste caso, a ameaça vislumbrada pelo comandante é interna, e não externa, o que mostra a orientação da política de defesa brasileira. Sendo assim, quem seria o inimigo interno que estaria ameaçando a tranquilidade da nação? Se a nação envolve toda a população brasileira, como seria possível brasileiros trazerem intranquilidade à nação? A Defesa brasileira estaria se colocando contra brasileiros?

É preciso dizer que seria ingenuidade política e/ou acadêmica, ou desonestidade intelectual, afirmar que as FFAA não devem se imiscuir em política. Em seu livro *História Militar do Brasil*, Nelson Werneck Sodré já ensinava ser uma *pregação reacionária* (SODRÉ, 1968, p. 408) dizer que aos militares cabe apenas e exclusivamente a ação limitada aos quartéis, navios e aviões e, conseqüentemente, distanciamento da política. Esse autor diz isso porque é função das FFAA exatamente *defender a Constituição* (GRAMSCI, 2019, p. 63). Nesse sentido, não há atribuição de caráter mais político do que defender a legalidade estatal instituída.

Sodré, ao afirmar ser uma *pregação reacionária* a narrativa na qual se aponta um *necessário* afastamento das FFAA da política, a não ser em caso de ameaça à Constituição, concorda com Gramsci, pois este último dirá ser a defesa de suposta neutralidade do exército nada além de apoio à *parte retrógrada* (GRAMSCI, 2019, p. 63), pois a legalidade constituída, como já dito, nada mais é do que a voz que exprime a vontade das classes dominantes ou a *lei do mais forte*.

Em se querendo entender nesse contexto o papel das FFAA, por meio de Hannah Arendt, o poder dado ao exército como defensor da Constituição, neste caso, por meio do seu potencial de praticar a violência, só seria eficaz se o poder responsável por tal violência estivesse forte. E esse poder forte, necessariamente, deveria, mais uma vez, vir de uma legitimidade por parte das pessoas unidas e em ação, o que promoveria essa *forma extrema de poder*.

Entretanto, o meio pelo qual as FFAA ampliaram seu poder a partir de 2018, compondo importante força política do atual governo, não foi a *violência*, mas a *legitimidade*, conceitos desenvolvidos por Hannah Arendt.

Como dito, as FFAA superaram seu círculo corporativo por meio da conquista da *opinião pública* que, em termos gramscianos, se deu por intermédio dos jornais, partidos, parlamento etc., de maneira a se enfraquecerem as vozes discordantes, procurando torná-las uma *nuvem de poeira individual e inorgânica* (GRAMSCI, 2019, p. 269).

Assim, se se fez das vozes discordantes essa *nuvem de poeira individual e inorgânica*, numa relação dialética, se constituiu uma voz com *significados, realizações e contextos legitimados* (BERNSTEIN, 1996, p. 29). E esses *significados, realizações e contextos* legitimados adquiriram materialidade no poder desejado e concedido às FFAA, as quais se *amparam no passado* e se *justificam no futuro* idealizado a ser construído.

Destarte, uma vez que o poder *não precisa de justificação* (ARENDR, 2020, p. 69), mas de legitimidade, é possível exemplificar esses argumentos por meio do Estatuto dos Militares, lei vigente no Brasil desde 1980, e neste caso um registro histórico, o qual aponta, em seu artigo 27, como valores militares: *o patriotismo; a vontade inabalável; a fidelidade; o sacrifício; o civismo; o culto; a fé; o espírito; o orgulho; o amor; e o entusiasmo* (BRASIL, 1980). Em resumo, a lei brasileira traduz de maneira absolutamente subjetiva e fantasiosa o comportamento de um grupo político.

Como exemplo complementar ao raciocínio desenvolvido até aqui, destaco a legitimação do importante projeto educacional do atual governo, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares. Essa legitimação está escrita em seu manual, no qual as FFAA são consideradas pela *“opinião pública a instituição de maior credibilidade no país”* (BRASIL, 2020, p. 46) e os militares *“desenvolvem, além de elevado nível intelectual, valores éticos e morais, um clamor atual de toda a sociedade brasileira”* (BRASIL, 2020, p. 46).

Se esse comportamento dos militares está colocado de maneira idealizada na lei e ao mesmo tempo constroem-se políticas públicas que necessitam de sua intervenção, isso não se dá ao acaso. Procura-se promover esse grupo político como portador dessas características, o que o tornaria o

único – possível – guardião da Constituição e que protegeria todos os brasileiros. Dessa maneira, se criou uma – enganosa – necessidade da população em relação às FFAA, única força política que seria capaz de defender a vontade geral e promover a segurança de todos, numa sociedade presumivelmente homogênea e sem classes.

Em termos foucaultianos, essa situação demonstra uma consolidação de um *regime dominado pelas técnicas de governo* em substituição a um *regime dominado pela estrutura da soberania* (FOUCAULT, 2015, p. 426), de modo que se passou a desenvolver táticas de governo que redefinem, a cada momento, o que é público ou privado ou estatal, conforme os interesses dispostos.

Em contrapartida a Foucault, pensadores marxianos como Nicos Poulantzas afirmarão que alguns atores se tornam fundamentais em situações como a que vem sendo analisada, o chamado *peçoal do Estado*. Para Poulantzas, existe uma unidade ideológica inculcada e cimentada no *peçoal do Estado*. E essa ideologia seria a de um suposto *Estado Neutro*, que representaria a vontade e os interesses gerais, *árbitro entre as classes em luta* (POULANTZAS, 2015, p. 158), papel que essa burocracia acredita incorporar.

Ao observar novamente o pensamento marxiano de Gramsci, e correlacioná-lo a Poulantzas, é possível verificar uma camada social que procura se ocupar nas carreiras de oficiais das FFAA, no Ministério Público e no Poder Judiciário, entre outras carreiras da burocracia estatal. Essa procura por tais carreiras tornou-se, para essa camada social, um elemento muito importante *de vida econômica e de afirmação política* (GRAMSCI, 2019, p. 63). Assim, salários muito altos em relação ao padrão nacional, grande influência política e admiração por parte da sociedade, nesses casos, se transformam em poder para esses grupos dessa camada social, que, apesar de não exercerem comando econômico, ao ocuparem essas carreiras, passam a *comandar politicamente* (GRAMSCI, 2019, p. 64) e, assim, acabam por lograr êxito.

Dessa forma, a potência para se *comandar politicamente*, contida nesses grupos da burocracia estatal, ou do *peçoal do Estado*, é transformada em ação política para além dos seus *círculos corporativos* quando suas vontades coincidem com os *interesses imediatos da classe alta* (GRAMSCI,

2019, p. 64). Foi exatamente essa coincidência de interesses que produziu o modelo do golpe de 2016 no Brasil e que ainda está em curso.

De modo aparentemente contraditório, esses grupos, quando chegam ao poder, especialmente por meio de participação militar, ditam *leis à classe alta* (GRAMSCI, 2019, p. 64). Essa ideia de Gramsci encontra apoio na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx. Assim, essas *novas leis* ditadas por esse pessoal do Estado até mesmo à classe dos proprietários, mesmo que em alguns momentos e com especificidades, não se diferenciam das leis antigas em seu conteúdo, mas na *forma da solução* (GRAMSCI, 2019, p. 64). Nesse contexto, encontra-se ou realiza-se, de fato, uma solução a um problema colocado para a classe dominante e para esses grupos políticos.

Em outras palavras, mesmo que novas leis sejam postas a partir de um novo regime, os elementos desses grupos, por razões políticas ou ideológicas, não interferirão nos interesses das classes dominantes, pois essas sustentam politicamente essa burocracia estatal no poder se, e somente se, defenderem os *interesses imediatos da classe alta*. Até porque, a motivação de movimento político com tais características nada tem de revolucionária, pois, antes de tudo, é conservadora. Por isso, é possível mudar a forma das leis, ou seja, uma lei amparada numa ditadura militar ou sob o jugo de outras instituições controladas pelo pessoal do Estado, entretanto, que não modifique seu conteúdo econômico e ideológico. Ao fim e ao cabo, que sejam leis forjadas a partir de uma *simbiose com a relação estabelecida de forças* (MÉSZÁROS, 2015, p. 18), neste caso, forças conservadoras.

Desse modo, essa *relação estabelecida de forças*, sob uma análise marxiana, produziu o golpe de 2016. Poderia ser dito que esse golpe resulta de uma *crise de hegemonia* para a classe dirigente, que fracassou em algum projeto político durante os governos do PT, o que levou à produção de um grande *consenso* na sociedade brasileira, necessário para garantir tal hegemonia. Como o consenso não pode prescindir da força (SANTOS, 2020), foi essa relação de forças que levou ao golpe de 2016. E esse consenso se fundamentou na desconstrução moral, e conseqüentemente política, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais que apresentam alguma bandeira progressista e, em especial, do Partido dos Trabalhadores.

Em se querendo fortalecer a ideia central desenvolvida nesta reflexão, ainda por caminhos marxistas, pode-se dizer que o poder não pertence a uma classe social em especial, mas provém de *um sistema relacional de lugares materiais ocupados* (POULANTZAS, 2015, p. 149). Assim, se, para o pensamento marxiano, é fundamental considerar a luta de classes como motor do golpe ocorrido no Brasil, os conceitos de poder e de Estado também são muito caros para os que caminham por esse viés teórico.

### Conclusão

Que as FFAA compõem o Estado brasileiro e, assim como as demais instituições, interferem na política, é um dado da realidade.

Se de um lado é idealização acreditar que as FFAA devam se concentrar apenas nas questões exclusivamente da caserna, do outro lado, cabe o debate sobre qual seria o papel das Forças Armadas num projeto nacional.

Desse modo, discutir um projeto nacional passará necessariamente pela definição de quais interesses de classe constariam em tal projeto. Que projeto nacional seria esse? Quais interesses de classe teriam centralidade em tal projeto? Atualmente, um projeto nacional, do qual os comandos das FFAA fazem parte, está em curso: é o da antidemocracia.

Assim, acredito, algumas perguntas devem compor o debate sobre as FFAA, as quais se colocam em minhas reflexões diárias e compartilho a seguir. E já antecipo minhas desculpas ao leitor, pois as conclusões deste artigo se transformaram muito mais em dúvidas do que em afirmações. As forças armadas, no Estado capitalista, determinantemente e sem exceção, sempre defenderão os interesses das classes dominantes? É possível, sob o modo de produção capitalista, refundar as FFAA como instituição que defenda o atendimento às necessidades materiais das camadas populares? Se possível, quais seriam os meios objetivos para a construção de FFAA comprometidas radicalmente com a democracia em países como o Brasil, ainda que sob o modo de produção capitalista? Governos de esquerda que venham a ser eleitos no Brasil terão capacidade de interferir nas FFAA de modo a alterar seu curso histórico marcado por ações antidemocráticas? As

forças políticas democráticas e progressistas terão força para fazer a disputa ideológica dentro da caserna?

Independentemente das respostas a esses questionamentos, Poulantzas nos dá pistas para aprofundar o entendimento sobre o contexto no qual estavam inseridos os governos do PT, ao analisar o Estado capitalista e os interesses das classes dominadas:

O poder político parece estar fundado, nesse Estado, num equilíbrio instável de compromisso. Precisemos:

1 – Compromisso, na medida em que esse poder, correspondendo a uma dominação hegemônica de classe, pode ter em conta interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários ao interesse econômico a curto prazo das classes dominantes, sem que isso atinja o plano dos interesses políticos;

2 – Equilíbrio, na medida em que esses “sacrifícios” econômicos, sendo reais e criando assim o campo de um equilíbrio, não colocam em causa, enquanto tais, o poder político, que fixa precisamente os limites desse equilíbrio;

3 – Instável, na medida em que esses limites do equilíbrio são fixados pela conjuntura política (POULANTZAS, 2019, p. 195) [grifo do autor].

Dessa maneira, para entender o golpe de 2016, é preciso ir além da crítica superficial localizada nos supostos equívocos de um governo presumidamente inábil. Em contrapartida, não se pretende interpretar – de modo enganoso – o golpe como uma inevitabilidade histórica. Mas deve-se considerar que a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores representou uma “*unidade* e uma *contradição* dos interesses das classes ou frações de classes aliadas” (POULANTZAS, 2019, p. 246).

Assim, o *equilíbrio instável de compromisso* sobre o qual sempre se sustentou o governo do PT ao longo de 14 anos – contraditoriamente em aliança com frações da classe dominante–, continuamente sob ataque, foi rompido definitivamente.

Por fim, com muito mais dúvidas do que terminações, e retomando as ideias de Bédarida, esta reflexão é uma *história inacabada*, e, por isso,

obviamente será reescrita, pois está contida na categoria de *morada provisória*.

## Referências

ARAÚJO, G. S. S. D.; SANTOS, P. P. *Façamos Justiça à Lava-Jato*. São Paulo: Grupo Prerrogativas, 2020.

AREIAS, K. Militares acolhem Bolsonaro. *O Dia*, Rio de Janeiro, dezembro 2014.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

AZEDO, L. C. O impeachment de Dilma Rouseff: crônicas de uma queda anunciada. Brasília: Verbena, 2017.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BÉDARIDA, F. *Tempo presente e presença da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERNSTEIN, B. A estruturação do discurso pedagógico Classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Lei nº 6.880. *Estatuto dos Militares*, 9 dezembro 1980.

BRASIL. Manual das Escolas Cívico-militares. *Regulamento das Escolas Cívico-militares*, 2020. 76.

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 173-199.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2019.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. Trad. Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

RODRIGUES, F. Comandante do Exército pede a militares cautela com redes sociais. *Poder 360*, setembro 2021.

SANTOS, R. A. D. Coerção, punição e Estado ampliado no Brasil. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 476-495, setembro-dezembro 2020.

SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

Recebido em 21 de maio de 2021.

Aceito em 18 de junho de 2021.